

APRESENTAÇÃO DO E-BOOK

Olá, Estrategista!

O concurso para o cargo de **Auditor Fiscal do ISS Belo Horizonte** está a todo vapor e você, concurseiro da área fiscal, deve intensificar os seus estudos!

Já sabemos que a disciplina de **Legislação Tributária** é de extrema importância para os concursos da área fiscal e a expectativa é de que esse cenário se repita para o concurso do ISS BH. Por essa razão, é recomendado que o estudo dessa matéria seja intensificado *desde já* por todos os alunos que pretendem encarar esse novo certame.

Pensando nisso, a equipe do *Sistema de Questões do Estratégia* preparou esse e-book com **30 questões inéditas de Legislação Tributária do Município de Belo Horizonte**, elaboradas e comentadas pelo **Prof. Roberto Maia**, do nosso SQ.

Os tópicos principais das leis do ISSQN, IPTU, IBTI e Taxas de Belo Horizonte foram desmembrados em diversas questões literais para que você possa treinar e memorizar os artigos mais importantes.

Vale lembrar que em nosso Sistema de Questões temos mais de 500 questões inéditas acerca desse conteúdo. Ao final desse e-book você encontrará os nossos cadernos de questões separados de acordo com os tópicos dessas leis.

Agora, vamos para a resolução?

BONS ESTUDOS!

QUESTÕES INÉDITAS - LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA DO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE

1. Enunciados das questões

ISSQN

QUESTÃO 1 (4000694565):

No tocante ao ISSQN previsto na Lei nº 8.725 do Município de Belo Horizonte, julgue o item subsecutivo:

O ISSQN não incide sobre o valor intermediado no mercado de títulos e valores mobiliários, o valor dos depósitos bancários, o principal, os juros e os acréscimos moratórios relativos a operação de crédito realizada por instituição financeira..

- () CERTO
() ERRADO

QUESTÃO 2 (4000694551):

No tocante ao ISSQN previsto na Lei nº 8.725 do Município de Belo Horizonte, julgue o item subsecutivo:

O Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN - tem como fato gerador a prestação de serviço definido em lei complementar, constante da Lista de Serviços que integra o Anexo Único da Lei nº 8.725, desde que constitua atividade preponderante do prestador.

- () CERTO
() ERRADO

QUESTÃO 3 (4000694617):

Tomando como base a Lei Nº 8.725, analise a questão a seguir sobre o ISSQN:

Em caso de serviço de locação, sublocação, arrendamento, direito de passagem ou permissão de uso, compartilhado ou não, de ferrovia, rodovia, poste, cabo, duto e conduto de qualquer natureza, considera-se ocorrido o fato gerador e devido o ISSQN no Município de origem, quando, em seu território, houver extensão de ferrovia, rodovia, poste, cabo, duto e conduto de qualquer natureza, objeto de locação, sublocação, arrendamento, direito de passagem ou permissão de uso, compartilhado ou não.

- () CERTO
() ERRADO

QUESTÃO 4 (4000694578):

No tocante ao ISSQN previsto na Lei nº 8.725 do Município de Belo Horizonte, julgue o item subsecutivo:

A empresa COD, domiciliada em Salvador, contratou a empresa R3ECO, especializada em reciclagem e domiciliada em João Pessoa, para realizar um serviço de coleta, tratamento e destinação final de resíduos em Belo Horizonte. Sendo assim, é correto afirmar que o local de incidência do ISS do serviço contratado pela empresa COD é João Pessoa.

- CERTO
 ERRADO
-

QUESTÃO 5 (4000694742):

Considerando a Lei 8.725 que dispõe sobre o ISSQN no Município de Belo Horizonte, avalie o item subsequente:

A dedução da base de cálculo autorizada para prestadores de serviço de produção, mediante ou sem encomenda prévia, de eventos não poderá resultar em imposto a recolher inferior ao valor do imposto devido calculado sob a alíquota mínima de 2%, não sendo permitido qualquer tipo de compensação para períodos de apuração subsequentes.

- CERTO
 ERRADO
-

QUESTÃO 6 (4000694785):

Considerando a Lei 8.725 que dispõe sobre o ISSQN no Município de Belo Horizonte, avalie o item subsequente:

A empresa BRINKS presta serviços de escolta armada em Belo Horizonte. O valor mínimo do serviço é de R\$ 3.500. Nesse contexto, considerando o valor mínimo, o ISSQN a recolher será maior que R\$ 150,00..

- CERTO
 ERRADO
-

QUESTÃO 7 (4000694782):

Considerando a Lei 8.725 que dispõe sobre o ISSQN no Município de Belo Horizonte, avalie o item subsequente:

Serviços de propaganda e publicidade, inclusive promoção de vendas, planejamento de campanhas ou sistemas de publicidade, elaboração de desenhos, textos e demais materiais publicitários possuem uma alíquota de ISSQN no valor de 5%.

- CERTO
 ERRADO
-

QUESTÃO 8 (4000694872):

Julgue o item a seguir, no que tange ao ISSQN no Município de Belo Horizonte, com base na Lei N° 8.725:

O tomador de serviço, inclusive o órgão, a empresa e a entidade da Administração Pública Direta e Indireta deixará de reter o ISSQN na fonte, em qualquer hipótese prevista na Lei 8.725, quando o prestador do serviço, em caso de serviço isento, informar, em todas as vias do documento fiscal emitido, os fundamentos legais indicativos desta situação.

- CERTO
 - ERRADO
-

QUESTÃO 9 (4000694996):

Tomando como referência a lei que dispõe sobre ISSQN no Município de Belo Horizonte, Lei N° 8.725, analise o item subsequente:

A base de cálculo do ISSQN será arbitrada pela autoridade fiscal competente, quando a documentação fiscal não for reconstituída, no prazo regulamentar, em caso de perda, extravio ou inutilização de documento fiscal.

- CERTO
 - ERRADO
-

QUESTÃO 10 (4000695009):

Tomando como referência a lei que dispõe sobre ISSQN no Município de Belo Horizonte, Lei N° 8.725, analise o item subsequente:

Para fins de fixação, por estimativa, da base de cálculo do ISSQN, serão considerados, entre outros elementos, outros contribuintes de mesma atividade e porte econômico.

- CERTO
 - ERRADO
-

QUESTÃO 11 (4000695034):

Tomando como referência a lei que dispõe sobre ISSQN no Município de Belo Horizonte, Lei N° 8.725, analise o item subsequente:

Para a extinção do crédito tributário objeto de processo administrativo ou judicial envolvendo o Município e a sociedade cooperativa constituída na forma da lei e envolvendo o Município e a instituição financeira e equiparada, autorizada, pelo Banco Central do Brasil, a funcionar, poderá ser celebrada, na condição estipulada em regulamento específico, transação para prevenção ou terminação de litígio que contenha questão relativa ao ISSQN, como a controvérsia sobre local de incidência e o conflito de competência decorrente do enquadramento de atividades na Lista de Serviços que integra o Anexo Único desta Lei.

- CERTO
 - ERRADO
-

QUESTÃO 12 (4000695033):

Tomando como referência a lei que dispõe sobre ISSQN no Município de Belo Horizonte, Lei N° 8.725, analise o item subsequente:

É vedado celebrar transação para prevenção ou terminação de litígio que contenha questão relativa ao ISSQN, visando extinção de crédito tributário objeto de processo administrativo.

- CERTO**
 ERRADO
-

QUESTÃO 13 (4000694562):

No tocante ao ISSQN previsto na Lei nº 8.725 do Município de Belo Horizonte, julgue o item subsecutivo:

Hernando, residente de Belo Horizonte, Minas Gerais, é um famoso desenvolvedor de software e foi contratado para prestar serviço a um grupo alemão. A exportação de seus serviços não sofre incidência do ISS.

- CERTO**
 ERRADO
-

QUESTÃO 14 (4000694769):

Considerando a Lei 8.725 que dispõe sobre o ISSQN no Município de Belo Horizonte, avalie o item subsequente:

A empresa OVAL Ltda. foi contratada para fiscalizar a obra de engenharia de um edifício que está sendo construído em um bairro nobre de Belo Horizonte. A OVAL cobrou R\$ 40.000,00 pelo serviço e, portanto, deverá ser recolhido um ISSQN no valor de R\$1.400,00.

- CERTO**
 ERRADO
-

IPTU

QUESTÃO 15 (4000696528):

Tomando a Lei Nº 5.641 como referência, analise o item seguinte no tocante ao IPTU no Município de Belo Horizonte.

A Lei Nº 5.641 determinou uma regra geral para multas não expressas em seu texto, no caso de descumprimento de obrigação acessória, fixando um valor de 1 UFPBH para cada ação ou omissão que importe em descumprimento de obrigação acessória.

- CERTO**
 ERRADO
-

QUESTÃO 16 (4000696192):

Tomando a Lei Nº 5.641 como referência, analise o item seguinte no tocante ao IPTU no Município de Belo Horizonte.

Pelo descumprimento das obrigações acessórias relativas ao IPTU, será aplicada a multa de 2 UFPBH por deixar de exibir os documentos necessários, na forma prevista na legislação.

- CERTO
 ERRADO
-

QUESTÃO 17 (4000696161):

Tomando a Lei Nº 5.641 como referência, analise o item seguinte no tocante ao IPTU no Município de Belo Horizonte.

Em caso de litígio sobre o domínio do imóvel, da inscrição deverá constar tal circunstância, bem como os nomes dos litigantes, dos possuidores do imóvel, a natureza do feito, o juízo e o cartório por onde correr a ação.

- CERTO
 ERRADO
-

QUESTÃO 18 (4000696158):

Tomando a Lei Nº 5.641 como referência, analise o item seguinte no tocante ao IPTU no Município de Belo Horizonte.

Os órgãos da administração direta e indireta deverão informar à unidade administrativa responsável pela atualização do Cadastro Imobiliário as desapropriações por eles efetivadas, em até 30 dias do pagamento..

- CERTO
 ERRADO
-

QUESTÃO 19 (4000696153):

Tomando a Lei Nº 5.641 como referência, analise o item seguinte no tocante ao IPTU no Município de Belo Horizonte.

As pessoas obrigadas pela Lei Nº 5.641 a promover a inscrição no Cadastro Imobiliário, também são obrigadas a exibir os documentos necessários à inscrição ou atualização cadastral, previstos em regulamento, bem como a das todas as informações solicitadas pelo fisco no prazo constante da intimação, que não será inferior a 30 dias.

- CERTO
 ERRADO
-

QUESTÃO 20 (4000695933):

No tocante à Lei Nº 5.641 no Município de Belo Horizonte, considere o item a seguir:

O valor venal do imóvel será determinado em de função vários elementos, tomados em conjunto ou separadamente, entre eles, os preços correntes das transações no mercado imobiliário.

- CERTO
 ERRADO
-

QUESTÃO 21 (4000695928):

No tocante à Lei N° 5.641 no Município de Belo Horizonte, considere o item a seguir:

No caso de extinção de pessoa jurídica, ainda que a exploração de suas atividades for continuada por sócio remanescente, ou seu espólio, sob qualquer razão social ou firma individual, ocorrerá extinção do débito tributário existente até a data da extinção da pessoa jurídica.

- CERTO**
 ERRADO
-

QUESTÃO 22 (4000695909):

No tocante à Lei N° 5.641 no Município de Belo Horizonte, considere o item a seguir:

Pedro possui uma propriedade cujo terreno é limitado ao norte por um rio. Ao final de 2020, após algumas chuvas, uma aluvião formou-se permanentemente no terreno de Pedro aumentando a área de sua propriedade. É correto afirmar que ocorrerá fato gerador do IPTU para o trecho de área adicionado, logo, o IPTU será maior em 2021.

- CERTO**
 ERRADO
-

TAXAS

QUESTÃO 23 (4000695898):

No tocante à Lei N° 5.641 no Município de Belo Horizonte, considere o item a seguir:

A Taxa de Expediente será exigida no ato da conclusão das atividades ou prestação dos serviços públicos previstos no anexo da Lei N° 5.641.

- CERTO**
 ERRADO
-

QUESTÃO 24 (4000695416):

No tocante à Lei N° 5.641 no Município de Belo Horizonte, considere o item a seguir:

O responsável da Taxa de Fiscalização de Aparelhos de Transporte é o proprietário, o titular de domínio útil ou o possuidor de imóvel a qualquer título, edificado ou em fase de edificação, que, independentemente da sua destinação, instale ou mantenha instalado qualquer dos aparelhos de transporte previstos em lei.

- CERTO**
 ERRADO
-

ITBI

QUESTÃO 25 (4000698836):

Tomando como referência a Lei N° 5.492, analise a questão seguinte:

Na aquisição de imóvel pronto para entrega futura, em construção, a base de cálculo do imposto será o valor venal do imóvel em construção.

- CERTO
 ERRADO
-

QUESTÃO 26 (4000698823):

Tomando como referência a Lei N° 5.492, analise a questão seguinte:

Contribuinte do imposto é, na permuta, cada um dos permutantes.

- CERTO
 ERRADO
-

QUESTÃO 27 (4000698820):

Tomando como referência a Lei N° 5.492, analise a questão seguinte:

Será encaminhado aos cartórios de registro de imóveis da comarca de Belo Horizonte, em até 30 dias da publicação no Diário Oficial da atualização dos elementos, valores e parâmetros do Cadastro Imobiliário, ofício informando a atualização e sua disponibilização para consulta no sítio eletrônico oficial da Prefeitura de Belo Horizonte.

- CERTO
 ERRADO
-

QUESTÃO 28 (4000698816):

Tomando como referência a Lei N° 5.492, analise a questão seguinte:

O lançamento será efetuado e revisto de ofício, com base nos elementos disponíveis, no caso de o valor da base de cálculo consignado na declaração for inferior àquele determinado pela administração tributária.

- CERTO
 ERRADO
-

QUESTÃO 29 (4000698461):

No que tange ao ITBI previsto na Lei N° 5.492, julgue o item subsequente:

Ocorre isenção do ITBI na transmissão de bens e direitos, quando decorrente de fusão, incorporação, cisão ou extinção de pessoa jurídica.

- CERTO
 ERRADO
-

QUESTÃO 30 (4000698459):

No que tange ao ITBI previsto na Lei N° 5.492, julgue o item subsequente:

Hugo e Caio decidem abrir um petshop. O patrimônio da pessoa jurídica será de R\$ 100.000,00. Assim, para realizar esse patrimônio Caio entra com R\$ 60.000,00 e Hugo com um imóvel no valor de R\$ 40.000,00. É correto afirmar que sobre a incorporação do imóvel por Hugo para a realização de capital não incide ITBI.

- () CERTO
() ERRADO

2. Gabarito

Questã o	Certo	Errado	Questão	Certo	Errado
1			16		
2			17		
3			18		
4			19		
5			20		
6			21		
7			22		
8			23		
9			24		
10			25		
11			26		
12			27		
13			28		
14			29		
15			30		

3. Solução das questões

ISSQN

QUESTÃO 1 (4000694565):

No tocante ao ISSQN previsto na Lei nº 8.725 do Município de Belo Horizonte, julgue o item subsecutivo:

O ISSQN não incide sobre o valor intermediado no mercado de títulos e valores mobiliários, o valor dos depósitos bancários, o principal, os juros e os acréscimos moratórios relativos a operação de crédito realizada por instituição financeira..

(X) CERTO

() ERRADO

Solução:

Tais operações são alvo do IOF, pois se caracterizam operações financeiras e não prestação de serviços.

LEI Nº 8.725/2003, Lei que dispõe sobre o ISSQN no Município de Belo Horizonte:

Art. 2º - O ISSQN não incide sobre:

III - o valor intermediado no mercado de títulos e valores mobiliários, o valor dos depósitos bancários, o principal, os juros e os acréscimos moratórios relativos a operação de crédito realizada por instituição financeira.

QUESTÃO 2 (4000694551):

No tocante ao ISSQN previsto na Lei nº 8.725 do Município de Belo Horizonte, julgue o item subsecutivo:

O Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN - tem como fato gerador a prestação de serviço definido em lei complementar, constante da Lista de Serviços que integra o Anexo Único da Lei nº 8.725, desde que constitua atividade preponderante do prestador.

() CERTO

(X) ERRADO

Solução:

"O Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN - tem como fato gerador a prestação de serviço definido em lei complementar, constante da Lista de Serviços que integra o Anexo Único da Lei nº 8.725, desde que constitua atividade preponderante do prestador."

Na verdade, mesmo que a atividade prestada não seja preponderante do prestador, ocorrerá fato gerador. Um contador sempre prestou serviços de contabilidade, presta serviços, pela primeira vez, como advogado, também incidirá o ISS.

LEI Nº 8.725/2003, Lei que dispõe sobre o ISSQN no Município de Belo Horizonte:

*Art. 1º - O Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN - tem como fato gerador a prestação de serviço definido em lei complementar, constante da Lista de Serviços que integra o Anexo Único desta Lei, **ainda que esse não constitua atividade preponderante do prestador.***

QUESTÃO 3 (4000694617):

Tomando como base a Lei Nº 8.725, analise a questão a seguir sobre o ISSQN:

Em caso de serviço de locação, sublocação, arrendamento, direito de passagem ou permissão de uso, compartilhado ou não, de ferrovia, rodovia, poste, cabo, duto e conduto de qualquer natureza, considera-se ocorrido o fato gerador e devido o ISSQN no Município de origem, quando, em seu território, houver extensão de ferrovia, rodovia, poste, cabo, duto e conduto de qualquer natureza, objeto de locação, sublocação, arrendamento, direito de passagem ou permissão de uso, compartilhado ou não.

CERTO

ERRADO

Solução:

“Em caso de serviço de locação, sublocação, arrendamento, direito de passagem ou permissão de uso, compartilhado ou não, de ferrovia, rodovia, poste, cabo, duto e conduto de qualquer natureza, considera-se ocorrido o fato gerador e devido o ISSQN no Município **de origem**, quando, em seu território, houver extensão de ferrovia, rodovia, poste, cabo, duto e conduto de qualquer natureza, objeto de locação, sublocação, arrendamento, direito de passagem ou permissão de uso, compartilhado ou não.”

Uma ferrovia corta mais de um município e será devido o ISS, em relação aos serviços citados, em cada município cortado e não, necessariamente, no município onde se origina a ferrovia.

LEI Nº 8.725/2003, Lei que dispõe sobre o ISSQN no Município de Belo Horizonte:

Art. 4º - § 2º - Em caso de serviço de locação, sublocação, arrendamento, direito de passagem ou permissão de uso, compartilhado ou não, de ferrovia, rodovia, poste, cabo, duto e conduto de qualquer natureza, considera-se ocorrido o fato gerador e devido o ISSQN no Município, quando, em seu território, houver extensão de ferrovia, rodovia, poste, cabo, duto e conduto de qualquer natureza, objeto de locação, sublocação, arrendamento, direito de passagem ou permissão de uso, compartilhado ou não.

QUESTÃO 4 (4000694578):

No tocante ao ISSQN previsto na Lei nº 8.725 do Município de Belo Horizonte, julgue o item subsecutivo:

A empresa COD, domiciliada em Salvador, contratou a empresa R3ECO, especializada em reciclagem e domiciliada em João Pessoa, para realizar um serviço de coleta, tratamento e destinação final de resíduos em Belo Horizonte. Sendo assim, é correto afirmar que o local de incidência do ISS do serviço contratado pela empresa COD é João Pessoa.

CERTO
 ERRADO

Solução:

"A empresa COD, domiciliada em Salvador, contratou a empresa R3ECO, especializada em reciclagem e domiciliada em João Pessoa, para realizar um serviço de coleta, tratamento e destinação final de resíduos em Belo Horizonte. Sendo assim, é correto afirmar que o local de incidência do ISS do serviço contratado pela empresa COD é ~~João Pessoa~~."

O correto seria **Belo Horizonte**. Serviços como varrição, coleta, remoção, incineração, tratamento, reciclagem, separação e destinação final de lixo, rejeitos e outros resíduos quaisquer são cobrados ISS no local onde são executados.

LEI Nº 8.725/2003, Lei que dispõe sobre o ISSQN no Município de Belo Horizonte:

*Art. 4º - § 1º - O ISSQN será devido no Município quando seu território for o local de:
VI - execução da varrição, coleta, remoção, incineração, tratamento, reciclagem, separação e destinação final de lixo, rejeitos e outros resíduos;*

QUESTÃO 5 (4000694742):

Considerando a Lei 8.725 que dispõe sobre o ISSQN no Município de Belo Horizonte, avalie o item subsequente:

A dedução da base de cálculo autorizada para prestadores de serviço de produção, mediante ou sem encomenda prévia, de eventos não poderá resultar em imposto a recolher inferior ao valor do imposto devido calculado sob a alíquota mínima de 2%, não sendo permitido qualquer tipo de compensação para períodos de apuração subsequentes.

CERTO
 ERRADO

Solução:

Exatamente. **Não se pode recolher menos do que o equivalente a aplicação de alíquota de 2%, nem pode haver compensação para outros períodos de apuração.**

LEI Nº 8.725/2003, Lei que dispõe sobre o ISSQN no Município de Belo Horizonte:

Art. 13-C - Os prestadores dos serviços referidos nos subitens 12.13 e 17.10 da Lista de Serviços, que integra o Anexo Único desta Lei, poderão deduzir da base de cálculo do imposto próprio a recolher os valores despendidos com serviços tomados de terceiros diretamente vinculados à

prestação dos serviços dos subitens referidos neste artigo, desde que o ISSQN correspondente aos serviços objetos da dedução tenha sido retido na fonte e recolhido ao Município.

Parágrafo único - A dedução autorizada no caput deste artigo **não poderá resultar em imposto a recolher inferior ao valor do imposto devido calculado sob a alíquota mínima de 2% (dois por cento), não sendo permitido qualquer tipo de compensação para períodos de apuração subsequentes.**

(...)

12.13 - Produção, mediante ou sem encomenda prévia, de eventos, espetáculos, entrevistas, shows, ballet, danças, desfiles, bailes, teatros, óperas, concertos, recitais, festivais e congêneres.

17.10 - Planejamento, organização e administração de feiras, exposições, congressos e congêneres.

QUESTÃO 6 (4000694785):

Considerando a Lei 8.725 que dispõe sobre o ISSQN no Município de Belo Horizonte, avalie o item subsequente:

A empresa BRINKS presta serviços de escolta armada em Belo Horizonte. O valor mínimo do serviço é de R\$ 3.500. Nesse contexto, considerando o valor mínimo, o ISSQN a recolher será maior que R\$ 150,00..

CERTO
 ERRADO

Solução:

Exatamente. Tal serviço não é citado nos incisos anteriores, logo, possui **alíquota de 5%**. Efetuando a multiplicação de R\$ 3.500 por 5% resulta no valor de R\$ 175,00. Como 175 é maior que 150 a questão está correta.

LEI Nº 8.725/2003, Lei que dispõe sobre o ISSQN no Município de Belo Horizonte:

Art. 14 - As alíquotas do ISSQN são as seguintes: IV - 5% (cinco por cento) para os serviços inseridos em todos os demais itens e subitens da Lista de Serviços que integra o Anexo Único desta lei, não expressamente referidos nos incisos I, II e III deste artigo. 11.03 - Escolta, inclusive de veículos e cargas.

QUESTÃO 7 (4000694782):

Considerando a Lei 8.725 que dispõe sobre o ISSQN no Município de Belo Horizonte, avalie o item subsequente:

Serviços de propaganda e publicidade, inclusive promoção de vendas, planejamento de campanhas ou sistemas de publicidade, elaboração de desenhos, textos e demais materiais publicitários possuem uma alíquota de ISSQN no valor de 5%.

CERTO
 ERRADO

Solução:

"Serviços de propaganda e publicidade, inclusive promoção de vendas, planejamento de campanhas ou sistemas de publicidade, elaboração de desenhos, textos e demais materiais publicitários possuem uma alíquota de **ISSQN no valor de 5%.**"

O correto seria **3%** e não 5%.

LEI N° 8.725/2003, Lei que dispõe sobre o ISSQN no Município de Belo Horizonte:

Art. 14 - As **alíquotas** do ISSQN são as seguintes:

III - **3%** (três por cento) para os serviços:

b) inseridos nos subitens 3.02, 7.19, 7.21, 9.02, 9.03, 10.02, 10.04, 10.05, 10.06, 10.07, 10.08, 12.01, 12.03, 12.07, 12.11, 12.12, 13.05, 17.06, 17.08 e 17.24 da Lista de Serviços que integra o Anexo Único desta lei;". (NR)

17.06 - **Propaganda e publicidade**, inclusive promoção de vendas, planejamento de campanhas ou sistemas de publicidade, elaboração de desenhos, textos e demais materiais publicitários.

QUESTÃO 8 (4000694872):

Julgue o item a seguir, no que tange ao ISSQN no Município de Belo Horizonte, com base na Lei N° 8.725:

O tomador de serviço, inclusive o órgão, a empresa e a entidade da Administração Pública Direta e Indireta deixará de reter o ISSQN na fonte, em qualquer hipótese prevista na Lei 8.725, quando o prestador do serviço, em caso de serviço isento, informar, em todas as vias do documento fiscal emitido, os fundamentos legais indicativos desta situação.

CERTO

ERRADO

Solução:

Exatamente. Quando há isenção, não haverá imposto a ser pago, logo **não tem razão em ocorrer retenção de ISSQN na fonte.**

LEI N° 8.725/2003, Lei que dispõe sobre o ISSQN no Município de Belo Horizonte:

Art. 22 - O tomador de serviço, inclusive o órgão, a empresa e a entidade da Administração Pública Direta e Indireta deixará de reter o ISSQN na fonte, em qualquer hipótese prevista nesta Lei, quando:

I - o prestador do serviço, em caso de serviço isento, informar, em todas as vias do documento fiscal emitido, os fundamentos legais indicativos desta situação.

QUESTÃO 9 (4000694996):

Tomando como referência a lei que dispõe sobre ISSQN no Município de Belo Horizonte, Lei N° 8.725, analise o item subsequente:

A base de cálculo do ISSQN será arbitrada pela autoridade fiscal competente, quando a documentação fiscal não for reconstituída, no prazo regulamentar, em caso de perda, extravio ou inutilização de documento fiscal.

CERTO
 ERRADO

Solução:

Imagine que houve um incêndio no estabelecimento do sujeito passivo. Vários documentos fiscais foram perdidos. Será dado ao sujeito passivo um prazo para regularizá-los. Ao perder esse prazo, o **auditor pode arbitrar o valor das BCs e calcular o ISSQN devido.**

LEI N° 8.725/2003, Lei que dispõe sobre o ISSQN no Município de Belo Horizonte:

*Art. 28 - A base de cálculo do ISSQN será arbitrada pela autoridade fiscal competente, quando:
V - a documentação fiscal não for reconstituída, no prazo regulamentar, em caso de perda, extravio ou inutilização de documento fiscal.*

QUESTÃO 10 (4000695009):

Tomando como referência a lei que dispõe sobre ISSQN no Município de Belo Horizonte, Lei N° 8.725, analise o item subsequente:

Para fins de fixação, por estimativa, da base de cálculo do ISSQN, serão considerados, entre outros elementos, outros contribuintes de mesma atividade e porte econômico.

CERTO
 ERRADO

Solução:

Isso mesmo. Ao comparar com outros contribuintes de mesma atividade e porte, é possível obter uma média de valor arrecadado para tomar como base para a estimativa.

LEI N° 8.725/2003, Lei que dispõe sobre o ISSQN no Município de Belo Horizonte:

*Art. 30 - Para fins de **fixação, por estimativa**, da base de cálculo do ISSQN, serão considerados, entre outros, os seguintes elementos:
V - outros contribuintes de **mesma atividade e porte econômico.***

QUESTÃO 11 (4000695034):

Tomando como referência a lei que dispõe sobre ISSQN no Município de Belo Horizonte, Lei N° 8.725, analise o item subsequente:

Para a extinção do crédito tributário objeto de processo administrativo ou judicial envolvendo o Município e a sociedade cooperativa constituída na forma da lei e envolvendo o Município e a instituição financeira e equiparada, autorizada, pelo Banco Central do Brasil, a funcionar, poderá ser celebrada, na condição estipulada em regulamento específico, transação para prevenção ou terminação de litígio que contenha questão relativa ao ISSQN, como a controvérsia sobre local de incidência e o conflito de competência decorrente do enquadramento de atividades na Lista de Serviços que integra o Anexo Único desta Lei.

CERTO

ERRADO

Solução:

Literalidade, porém, um artigo muito confuso e com redação truncada. Vamos esclarecê-lo melhor:

Esse dispositivo afirma que é **possível celebrar uma transação para evitar ou finalizar um processo em curso** (seja ele administrativo ou judicial). Esse processo é resultado de um débito de ISSQN. Além disso, nesse processo **existem duas partes**. A primeira é uma **sociedade cooperativa** e a segunda é uma **instituição financeira**.

LEI Nº 8.725/2003, Lei que dispõe sobre o ISSQN no Município de Belo Horizonte:

Art. 35 - Para a extinção do crédito tributário objeto de processo administrativo ou judicial envolvendo o Município e a sociedade cooperativa constituída na forma da lei e envolvendo o Município e a instituição financeira e equiparada, autorizada, pelo Banco Central do Brasil, a funcionar, poderá ser celebrada, na condição estipulada em regulamento específico, transação para prevenção ou terminação de litígio que contenha questão relativa ao ISSQN, como a controvérsia sobre local de incidência e o conflito de competência decorrente do enquadramento de atividades na Lista de Serviços que integra o Anexo Único desta Lei.

QUESTÃO 12 (4000695033):

Tomando como referência a lei que dispõe sobre ISSQN no Município de Belo Horizonte, Lei Nº 8.725, analise o item subsequente:

É vedado celebrar transação para prevenção ou terminação de litígio que contenha questão relativa ao ISSQN, visando extinção de crédito tributário objeto de processo administrativo.

CERTO

ERRADO

Solução:

“É ~~vedado~~ celebrar transação para prevenção ou terminação de litígio que contenha questão relativa ao ISSQN, visando extinção de crédito tributário objeto de processo administrativo.”

Na verdade, a lei prevê uma possibilidade de celebração desse tipo de transação, desde que atendidas algumas condições em regulamento específico.

LEI Nº 8.725/2003, Lei que dispõe sobre o ISSQN no Município de Belo Horizonte:

Art. 35 - Para a extinção do crédito tributário objeto de processo administrativo ou judicial envolvendo o Município e a sociedade cooperativa constituída na forma da lei e envolvendo o Município e a instituição financeira e equiparada, autorizada, pelo Banco Central do Brasil, a funcionar, poderá ser celebrada, **na condição estipulada em regulamento específico, transação para prevenção ou terminação de litígio que contenha questão relativa ao ISSQN**, como a controvérsia sobre local de incidência e o conflito de competência decorrente do enquadramento de atividades na Lista de Serviços que integra o Anexo Único desta Lei.

QUESTÃO 13 (4000694562):

No tocante ao ISSQN previsto na Lei nº 8.725 do Município de Belo Horizonte, julgue o item subsecutivo:

Hernando, residente de Belo Horizonte, Minas Gerais, é um famoso desenvolvedor de software e foi contratado para prestar serviço a um grupo alemão. A exportação de seus serviços não sofre incidência do ISS.

CERTO
 ERRADO

Solução:

Caso concreto de exportação de serviços. Lembre-se que na importação incide ISS, mas na exportação não.

LEI Nº 8.725/2003, Lei que dispõe sobre o ISSQN no Município de Belo Horizonte:

Art. 2º - O ISSQN **não incide** sobre:
I - a **exportação** de serviço **para o exterior** do País;

QUESTÃO 14 (4000694769):

Considerando a Lei 8.725 que dispõe sobre o ISSQN no Município de Belo Horizonte, avalie o item subsequente:

A empresa OVAL Ltda. foi contratada para fiscalizar a obra de engenharia de um edifício que está sendo construído em um bairro nobre de Belo Horizonte. A OVAL cobrou R\$ 40.000,00 pelo serviço e, portanto, deverá ser recolhido um ISSQN no valor de R\$1.400,00.

CERTO
 ERRADO

Solução:

"A empresa OVAL Ltda. foi contratada para fiscalizar a obra de engenharia de um edifício que está sendo construído em um bairro nobre de Belo Horizonte. A OVAL cobrou R\$ 40.000,00 pelo serviço e, portanto, deverá ser recolhido um ISSQN no valor de R\$1.400,00."

O valor correto seria **R\$ 1.200,00**.

Base de cálculo: 40.000

Alíquota: 3%

ISS a pagar: $40000 \times 0,03 = 1.200$.

LEI Nº 8.725/2003, Lei que dispõe sobre o ISSQN no Município de Belo Horizonte:

Art. 14 - As alíquotas do ISSQN são as seguintes:

III - 3% (três por cento) para os serviços:

b) inseridos nos subitens 3.02, 7.19, 7.21, 9.02, 9.03, 10.02, 10.04, 10.05, 10.06, 10.07, 10.08, 12.01, 12.03, 12.07, 12.11, 12.12, 13.05, 17.06, 17.08 e 17.24 da Lista de Serviços que integra o Anexo Único desta lei;". (NR)

7.19 - Acompanhamento e fiscalização da execução de obras de engenharia, arquitetura e urbanismo.

IPTU

QUESTÃO 15 (4000696528):

Tomando a Lei Nº 5.641 como referência, analise o item seguinte no tocante ao IPTU no Município de Belo Horizonte.

A Lei Nº 5.641 determinou uma regra geral para multas não expressas em seu texto, no caso de descumprimento de obrigação acessória, fixando um valor de 1 UFPBH para cada ação ou omissão que importe em descumprimento de obrigação acessória.

CERTO

ERRADO

Solução:

Exatamente. Não é possível prever todos os casos em lei, assim, visando fazer com que ninguém saia impune, a lei criou esse dispositivo de **multa residual**.

LEI Nº 5.641/1989 - Lei que dispõe sobre taxas e IPTU no Município de Belo Horizonte:

Art. 101 - § 1º - Será aplicada multa correspondente a 1 (uma) UFPBH por qualquer ação ou omissão, não prevista nos incisos acima, que importe em descumprimento de obrigação acessória.

QUESTÃO 16 (4000696192):

Tomando a Lei Nº 5.641 como referência, analise o item seguinte no tocante ao IPTU no Município de Belo Horizonte.

Pelo descumprimento das obrigações acessórias relativas ao IPTU, será aplicada a multa de 2 UFPBH por deixar de exibir os documentos necessários, na forma prevista na legislação.

CERTO

ERRADO

Solução:

Exatamente. UFPBH significa Unidade Fiscal Padrão da Prefeitura de Belo Horizonte, trata-se de um **valor fixado por decreto** em que permite que o **Poder Executivo atualize esse valor com frequência**, evitando que seja corroído pela inflação.

LEI Nº 5.641/1989 - Lei que dispõe sobre taxas e IPTU no Município de Belo Horizonte

Art. 101 - Pelo descumprimento das obrigações acessórias relativas ao IPTU, serão aplicadas as seguintes multas: I - De 2 (duas) UFPBH: b) por deixar de exibir os documentos necessários, na forma prevista na legislação.

QUESTÃO 17 (4000696161):

Tomando a Lei Nº 5.641 como referência, analise o item seguinte no tocante ao IPTU no Município de Belo Horizonte.

Em caso de litígio sobre o domínio do imóvel, da inscrição deverá constar tal circunstância, bem como os nomes dos litigantes, dos possuidores do imóvel, a natureza do feito, o juízo e o cartório por onde correr a ação.

CERTO

ERRADO

Solução:

É muito comum ocorrer disputas judiciais por imóveis devido a heranças, divórcios e etc.. Assim, **é preciso constar na inscrição todos os envolvidos na disputa.**

LEI Nº 5.641/1989 - Lei que dispõe sobre taxas e IPTU no Município de Belo Horizonte

Art. 92 - Em caso de litígio sobre o domínio do imóvel, da inscrição deverá constar tal circunstância, bem como os nomes dos litigantes, dos possuidores do imóvel, a natureza do feito, o juízo e o cartório por onde correr a ação.

QUESTÃO 18 (4000696158):

Tomando a Lei Nº 5.641 como referência, analise o item seguinte no tocante ao IPTU no Município de Belo Horizonte.

Os órgãos da administração direta e indireta deverão informar à unidade administrativa responsável pela atualização do Cadastro Imobiliário as desapropriações por eles efetivadas, em até 30 dias do pagamento..

CERTO
 ERRADO

Solução:

“Os órgãos da administração direta e indireta deverão informar à unidade administrativa responsável pela atualização do Cadastro Imobiliário as desapropriações por eles efetivadas, ~~em até 30 dias do pagamento.~~”

O correto seria no **prazo de 5 dias úteis do pagamento ou da decisão judicial**, o que ocorrer primeiro.

LEI Nº 5.641/1989 - Lei que dispõe sobre taxas e IPTU no Município de Belo Horizonte

Art. 91-A - Os órgãos da administração direta e indireta deverão informar à unidade administrativa responsável pela atualização do Cadastro Imobiliário as desapropriações por eles efetivadas, até o quinto dia útil do mês subsequente à data de qualquer dos atos abaixo, o que ocorrer primeiro:

I - pagamento.

QUESTÃO 19 (4000696153):

Tomando a Lei Nº 5.641 como referência, analise o item seguinte no tocante ao IPTU no Município de Belo Horizonte.

As pessoas obrigadas pela Lei Nº 5.641 a promover a inscrição no Cadastro Imobiliário, também são obrigadas a exibir os documentos necessários à inscrição ou atualização cadastral, previstos em regulamento, bem como a das todas as informações solicitadas pelo fisco no prazo constante da intimação, que não será inferior a 30 dias.

CERTO
 ERRADO

Solução:

*“As pessoas obrigadas pela Lei Nº 5.641 a promover a inscrição no Cadastro Imobiliário, também são obrigadas a exibir os documentos necessários à inscrição ou atualização cadastral, previstos em regulamento, bem como a das todas as informações solicitadas pelo fisco no prazo constante da intimação, que não será inferior a **30 dias.**”*

O correto seria **10 dias**. Único prazo relacionado ao cadastro imobiliário que difere de 30 dias.

LEI Nº 5.641/1989 - Lei que dispõe sobre taxas e IPTU no Município de Belo Horizonte

Art. 88 - As pessoas nomeadas no artigo 85 são obrigadas:

*II - A exibir os documentos necessários à inscrição ou atualização cadastral, previstos em regulamento, bem como a das todas as informações solicitadas pelo fisco no prazo constante da intimação, que **não será inferior a 10 (dez) dias.***

QUESTÃO 20 (4000695933):

No tocante à Lei N° 5.641 no Município de Belo Horizonte, considere o item a seguir:

O valor venal do imóvel será determinado em de função vários elementos, tomados em conjunto ou separadamente, entre eles, os preços correntes das transações no mercado imobiliário.

CERTO

ERRADO

Solução:

Exatamente. O valor venal, na maioria das vezes, difere do valor de mercado, porém, esse último é utilizado para calcular o valor venal.

LEI N° 5.641/1989 - Lei que dispõe sobre taxas e IPTU no Município de Belo Horizonte

Art. 70 - O valor venal do imóvel será determinado em função dos seguintes elementos, tomados em conjunto ou separadamente:

I - Preços correntes das transações no mercado imobiliário.

QUESTÃO 21 (4000695928):

No tocante à Lei N° 5.641 no Município de Belo Horizonte, considere o item a seguir:

No caso de extinção de pessoa jurídica, ainda que a exploração de suas atividades for continuada por sócio remanescente, ou seu espólio, sob qualquer razão social ou firma individual, ocorrerá extinção do débito tributário existente até a data da extinção da pessoa jurídica.

CERTO

ERRADO

Solução:

"No caso de extinção de pessoa jurídica, ainda que a exploração de suas atividades for continuada por sócio remanescente, ou seu espólio, sob qualquer razão social ou firma individual, ~~ocorrerá extinção do débito tributário existente até a data da extinção da pessoa jurídica.~~"

Na verdade, **não ocorre a extinção, pois o sócio remanescente responderá pelo referido crédito.**

LEI N° 5.641/1989 - Lei que dispõe sobre taxas e IPTU no Município de Belo Horizonte

Art. 68 - A pessoa jurídica que resultar de fusão, incorporação, cisão ou transformação responde pelo débito das entidades fundidas, incorporadas, cindidas ou transformadas, até a data daqueles fatos.

Parágrafo único - O disposto neste artigo aplica-se igualmente ao caso de extinção de pessoa jurídica, quando a exploração de suas atividades for continuada por sócio remanescente, ou seu espólio, sob qualquer razão social ou firma individual.

QUESTÃO 22 (4000695909):

No tocante à Lei N° 5.641 no Município de Belo Horizonte, considere o item a seguir:

Pedro possui uma propriedade cujo terreno é limitado ao norte por um rio. Ao final de 2020, após algumas chuvas, uma aluvião formou-se permanentemente no terreno de Pedro aumentando a área de sua propriedade. É correto afirmar que ocorrerá fato gerador do IPTU para o trecho de área adicionado, logo, o IPTU será maior em 2021.

CERTO

ERRADO

Solução:

Isso mesmo, ocorreu um dos possíveis fato geradores do IPTU que é a **accessão física ou natural** e, portanto, haverá acréscimo no IPTU de agosto.

LEI N° 5.641/1989 - Lei que dispõe sobre taxas e IPTU no Município de Belo Horizonte

Art. 63 - O imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU - tem como fato gerador a propriedade, o domínio útil ou a posse de bem imóvel, por natureza ou accessão física, como definido na lei civil, localizado na Zona Urbana do Município.

CÓDIGO CIVIL

Art. 1.248. A **accessão** pode dar-se:

I - por formação de ilhas;

II - por **aluvião**;

III - por avulsão;

IV - por abandono de álveo;

V - por plantações ou construções.

TAXAS

QUESTÃO 23 (4000695898):

No tocante à Lei N° 5.641 no Município de Belo Horizonte, considere o item a seguir:

A Taxa de Expediente será exigida no ato da conclusão das atividades ou prestação dos serviços públicos previstos no anexo da Lei N° 5.641.

CERTO

ERRADO

Solução:

"A Taxa de Expediente será exigida no ato da **conclusão** das atividades ou prestação dos serviços públicos previstos no anexo da Lei N° 5.641."

A exigência a Taxa de Expediente ocorre na **SOLICITAÇÃO** do serviço ou atividade e não na conclusão.

LEI Nº 5.641/1989 - Lei que dispõe sobre taxas e IPTU no Município de Belo Horizonte

Art. 29-A - § 3º - A Taxa de Expediente será exigida no ato da solicitação das atividades ou prestação dos serviços públicos previstos no item VII da Tabela I anexa a esta lei.

QUESTÃO 24 (4000695416):

No tocante à Lei Nº 5.641 no Município de Belo Horizonte, considere o item a seguir:

O responsável da Taxa de Fiscalização de Aparelhos de Transporte é o proprietário, o titular de domínio útil ou o possuidor de imóvel a qualquer título, edificado ou em fase de edificação, que, independentemente da sua destinação, instale ou mantenha instalado qualquer dos aparelhos de transporte previstos em lei.

CERTO

ERRADO

Solução:

“O **responsável** da Taxa de Fiscalização de Aparelhos de Transporte é o proprietário, o titular de domínio útil ou o possuidor de imóvel a qualquer título, edificado ou em fase de edificação, que, independentemente da sua destinação, instale ou mantenha instalado qualquer dos aparelhos de transporte previstos em lei.”

O correto seria **contribuinte**. Contribuinte é quem tem relação pessoal e direta com o fato gerador, já o responsável é quem, não sendo contribuinte, sua obrigação decorra de disposição expressa de lei.

LEI Nº 5.641/1989 - Lei que dispõe sobre taxas e IPTU no Município de Belo Horizonte

Art. 16 - Contribuinte da Taxa de Fiscalização de Aparelhos de Transporte é o proprietário, o titular de domínio útil ou o possuidor de imóvel a qualquer título, edificado ou em fase de edificação, que, independentemente da sua destinação, instale ou mantenha instalado qualquer dos aparelhos de transporte referidos no artigo 15.

ITBI

QUESTÃO 25 (4000698836):

Tomando como referência a Lei Nº 5.492, analise a questão seguinte:

Na aquisição de imóvel pronto para entrega futura, em construção, a base de cálculo do imposto será o valor venal do imóvel em construção.

CERTO

ERRADO

Solução:

"Na aquisição de imóvel pronto para entrega futura, em construção, a base de cálculo do imposto será o **valor venal do imóvel em construção.**"

Na verdade, o correto seria **valor venal do imóvel como se pronto estivesse**. Imagine comprar um imóvel na planta, onde nem a fundação está pronta. A BC não poderia ser o valor do imóvel em construção, pois seria muito abaixo. Deve-se considerar o imóvel pronto.

LEI Nº 5.492/1988 - Lei que instituiu o ITBI no Município de Belo Horizonte

Art. 16 - Na aquisição de imóvel pronto para entrega futura, em construção, a base de cálculo do imposto será o valor venal do imóvel como se pronto estivesse, apurado na forma prevista no art. 5º desta Lei. (Redação dada pela Lei 9.532/2008).

QUESTÃO 26 (4000698823):

Tomando como referência a Lei Nº 5.492, analise a questão seguinte:

Contribuinte do imposto é, na permuta, cada um dos permutantes.

CERTO
 ERRADO

Solução:

Imagine que houve uma permuta de uma casa por um apartamento entre Gilberto (proprietário da casa e Vitor (proprietário do apartamento). Tanto Gilberto quanto Vitor serão considerados contribuintes.

LEI Nº 5.492/1988 - Lei que instituiu o ITBI no Município de Belo Horizonte

*Art. 6º - Contribuinte do imposto é:
II - Na permuta, cada um dos permutantes.*

QUESTÃO 27 (4000698820):

Tomando como referência a Lei Nº 5.492, analise a questão seguinte:

Será encaminhado aos cartórios de registro de imóveis da comarca de Belo Horizonte, em até 30 dias da publicação no Diário Oficial da atualização dos elementos, valores e parâmetros do Cadastro Imobiliário, ofício informando a atualização e sua disponibilização para consulta no sítio eletrônico oficial da Prefeitura de Belo Horizonte.

CERTO
 ERRADO

Solução:

Exatamente. Atente-se para o prazo de 30 dias e para o fato de que há uma comunicação direta da prefeitura com os cartórios de imóveis.

LEI Nº 5.492/1988 - Lei que instituiu o ITBI no Município de Belo Horizonte

Art. 5º - § 8º - Será encaminhado aos cartórios de registro de imóveis da comarca de Belo Horizonte, em até 30 (trinta) dias da publicação a que se refere o § 7º deste artigo, ofício informando a atualização de valores constante no Cadastro Imobiliário e sua disponibilização para consulta no sítio eletrônico oficial da Prefeitura de Belo Horizonte. (Incluído pela Lei 11.001/2016).

QUESTÃO 28 (4000698816):

Tomando como referência a Lei Nº 5.492, analise a questão seguinte:

O lançamento será efetuado e revisto de ofício, com base nos elementos disponíveis, no caso de o valor da base de cálculo consignado na declaração for inferior àquele determinado pela administração tributária.

CERTO
 ERRADO

Solução:

Isso mesmo. Se o **valor declarado pelo contribuinte for inferior** ao previsto pela administração tributária **o lançamento será revisto e efetuado de ofício**.

LEI Nº 5.492/1988 - Lei que instituiu o ITBI no Município de Belo Horizonte

Art. 5º § 5º - O lançamento será efetuado e revisto de ofício, com base nos elementos disponíveis, nos seguintes casos: (Incluído pela Lei 8.147/2000) III - o valor da base de cálculo consignado na declaração for inferior àquele determinado pela administração tributária, nos termos do § 1º.

QUESTÃO 29 (4000698461):

No que tange ao ITBI previsto na Lei Nº 5.492, julgue o item subsequente:

Ocorre isenção do ITBI na transmissão de bens e direitos, quando decorrente de fusão, incorporação, cisão ou extinção de pessoa jurídica.

CERTO
 ERRADO

Solução:

"Ocorre **isenção** do ITBI na transmissão de bens e direitos, quando decorrente de fusão, incorporação, cisão ou extinção de pessoa jurídica."

Trata-se de um caso de não incidência. A isenção é a dispensa legal do pagamento do tributo, logo, ocorre o fato gerador e depois disso o crédito é excluído. Já a não incidência nem o fato gerador chega a ocorrer, pois se trata de uma limitação de competência.

LEI Nº 5.492/1988 - Lei que instituiu o ITBI no Município de Belo Horizonte

*Art. 3º - O imposto não incide sobre a transmissão de bens e direitos, quando:
II - Decorrente de fusão, incorporação, cisão ou extinção de pessoa jurídica.*

QUESTÃO 30 (4000698459):

No que tange ao ITBI previsto na Lei Nº 5.492, julgue o item subsequente:

Hugo e Caio decidem abrir um petshop. O patrimônio da pessoa jurídica será de R\$ 100.000,00. Assim, para realizar esse patrimônio Caio entra com R\$ 60.000,00 e Hugo com um imóvel no valor de R\$ 40.000,00. É correto afirmar que sobre a incorporação do imóvel por Hugo para a realização de capital não incide ITBI.

CERTO

ERRADO

Solução:

Exatamente. Ocorreria incidência caso a empresa criada operasse com compra e venda de imóvel.

LEI Nº 5.492/1988 - Lei que instituiu o ITBI no Município de Belo Horizonte

*Art. 3º - O imposto **não incide** sobre a transmissão de bens e direitos, quando:
I - Realizada para **incorporação** ao patrimônio de pessoa jurídica **em realização de capital**.*

4. Gabarito Preenchido

Questã o	Certo	Errado	Questão	Certo	Errado
1	X		16	X	
2		X	17	X	
3		X	18		X
4		X	19		X
5	X		20	X	
6	X		21		X
7		X	22	X	
8	X		23		X
9	X		24		X
10	X		25		X
11	X		26	X	
12		X	27	X	
13	X		28	X	
14		X	29		X
15	X		30	X	

CADERNOS DE QUESTÕES INÉDITAS DO SQ

1. Lei nº. 8.725/03 - Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) do Município de Belo Horizonte

[Do Fato Gerador e Da Incidência](#)

[Do Local de Incidência](#)

[Da Base de Cálculo](#)

[Das Alíquotas](#)

[Da Apuração](#)

[Do Contribuinte e Dos Responsáveis](#)

[Do Arbitramento](#)

[Da Estimativa](#)

[Disposições Gerais](#)

2. Lei nº. 5.492/88 - Lei do ITBI do Município de Belo Horizonte

[Lei do ITBI de Belo Horizonte](#)

3. Lei nº. 5.641/89 - Tributos Cobrados pelo Município de Belo Horizonte

[Das Taxas](#)

[Do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana](#)

[Da Microempresa](#)

[Disposições Finais](#)